

Nacionalidade e regionalidade: reflexões sobre pesquisas empíricas de construções nacionais e regionais nos Estudos Culturais*

Nationality and regionality: reflections regarding empirical research on national and regional constructions in Cultural Studies

Thomas Kachel**

Resumo

O presente artigo esboça dois procedimentos empíricos para a pesquisa do poder de ação das construções de consciência nacional e regional: pesquisas sociológicas/sócio-psicológicas de coletâneas e interpretações, e análises de textos a partir dos Estudos Culturais. Com isso, o emprego polissêmico ou impreciso do conceito de “identidade nacional” é criticado por ambos os tipos de pesquisa. Para estudos empíricos sobre cultura, são propostos dois fundamentos metodológicos e – com os conceitos de “nacionalidade” e “regionalidade” – novas dimensões de pesquisa mais bem recortadas, as quais podem marcar a especificidade da metodologia dos Estudos Culturais baseada em textos.

Palavras-chave

Nacionalidade; regionalidade; cultura; metodologia.

Abstract

This article outlines two empirical procedures for researching the power of action of constructions of national and regional awareness: sociological/socio-psychological research on collections and interpretations, and analyses of texts from Cultural Studies. The imprecise use of many meanings for “national identity” is criticised by both types of research. Two methodological foundations are proposed for empirical studies on studies about culture as well as – with the concept and “nationality” and “regionality” – new, more accurate research methods, which can identify with specificity the methodology of Cultural Studies based on texts.

Key words

Nationality; regionality; culture; methodology.

* Texto originalmente publicado sob o título Nationalität und Regionalität: Überlegungen zu einer präzisierenden Beschreibungsgröße für empirische Untersuchungen nationaler und regionaler Konstruktionen in den Kulturstudien. In: ONDOA, Hyacinthe (Org.). *Identität und interkulturelle Beziehungen*. Transnationalisierung und Regionalisierung vom 18. Jahrhundert bis zur Gegenwart. Vol. 1, Leipzig: Leipziger Universitätsverlag, 2006, p.41-59.

** Desde 2002, desenvolve tese de doutorado na Universidade de Leipzig e de Cambridge, sobre a construção discursiva da regionalidade na Escócia e no leste da Alemanha. Mestre em Estudos Europeus pela Universidade de Cambridge (1999). Entre 1999 e 2002, exerceu a atividade de docente em treinamento na Universidade de Leipzig.

Prólogo: “Nação/Região” – O interesse de conhecimento pelas Ciências Políticas e pelos Estudos Culturais

SCHWAB-TRAPP CONSTATA QUE, no sistema político das atuais sociedades europeias ocidentais de capitalismo informativo, a “cultura política é uma cultura de interpretação e significado”, impregnada de “conflitos de interpretação”, nos quais se luta “pela legitimidade e pelo poder para determinadas posições políticas” (1996, p. 115).

Também para a forma social de “nação”, a qual representa um modo de generalização *bem como* de dominação¹, e as condições de sua (re)generação, esses processos permanecem como um decisivo foco de pesquisa. Renan, Weber e Simmer, mas também Gellner, Hobsbawm, Anderson e especialmente Billig já apontam para o caráter instrumental de sistemas de significação nacional para a legitimação da ordem nacional.² Desde os anos 70, na teoria política, passaram para o primeiro plano alguns teoremas – sobretudo o das “Social Communications” – que têm seu ponto de partida teórico na construção (também midiática) da nação.³ O renascimento dos movimentos regionalistas na Europa ocidental, a partir do final dos anos 60, e o subsequente ressurgimento dos movimentos nacionalistas na Europa oriental, nos anos 90, causaram um novo direcionamento da Ciência Política em detrimento da relevância política da consciência subestatal-nacional ou regional.⁴

As Ciências Políticas unem-se, com isso, às tendências construtivistas em outras Ciências Sociais e encontram-se aqui com os Estudos Culturais: a tradição dos Estudos Culturais, criada nos anos 60 e 70, coloca como objetivo analisar a interação do poder social com os processos de atribuição de significado social na cultura (do dia-a-dia). Os Estudos Culturais aproximam-se, por isso, do fenômeno “nação” a partir de uma perspectiva da crítica do poder, como Stuart Hall enfatiza em diversos escritos teóricos:

We should think of (national cultures) as a discursive device which represents difference as unity or identity. (but) they are cross-cut by deep internal divisions and differences, and ‘unified’ only through the exercise of different forms of cultural Power. (HALL, 1992, p.297)

¹ Ver a obra de Benedict Anderson, *Imagined Communities*. Reflections on the origins and spread of nationalism, 1983.

² Neste artigo, o termo ‘significação’ (Signifikation) exprime todas as formas de atribuição de significado consciente em narrativas, símbolos, ritos e outras práticas sociais.

³ Ver a obra de Karl Deutsch, *Nationalism and social communication*. An inquiry into the foundations of nationalism, 1962.

⁴ Ver os seguintes autores e obras: Philip Schlesinger, *Media, State and Nation: Political Violence and Collective Identities*, 1991; Michael Keating, *The new regionalism in Western Europe*, 1998; Mark Thompson, *Forging War. The media in Serbia, Croatia, Bosnia and Hercegovina*, 1999; Vera Iordanova, *Cinema of flames*. Balkan film, culture and the media, 2001.

Na teoria deixa-se deduzir, portanto – a partir das perguntas *o quê?* e *por quê?* do surgimento de sistemas de significação nacionais e regionais –, a aceitação da construtividade de um “território politizado.” Esses tratados teóricos não respondem à pergunta pelo *como?* posterior e, logo, *onde* e *através do que* se procura empiricamente, *quando* se quer pesquisar o real poder de ação e a *forma de ação* dessas formas sociais de construção. Contudo, por dois motivos, um alicerçamento empírico desses teoremas é importante. Por um lado, porque – no plano metodológico – precisa ser comprovada uma comparabilidade estrutural de sistemas de significação nacional e regional para confirmar empiricamente conclusões sobre a funcionalidade política (principalmente a legitimidade política) a ela atribuída. Por outro lado, porque – epistemologicamente – uma contribuição desse formato pode ser elaborada para corroborar o poder de esclarecimento de teoremas estruturalistas e construtivistas para o processo político de sociedades europeias ocidentais de capitalismo informativo. Por causa disso, Philip Schlesinger o define como função das Ciências Sociais, afastando-se das simples “gratuitous assumptions about the nation-state, national culture and national identity”. (SCHLESINGER, 1991, p. 172)

No presente artigo, serão discutidos dois métodos para pesquisas empíricas (especialmente) de significações nacionais e seu poder de ação empírico. Com isso, será central a adequação dos métodos de estudo para a apresentação desse contexto. Muito importante é, todavia, uma delimitação mais exata da dimensão (ou das dimensões) de pesquisa desses levantamentos para melhor poder especificá-los metodologicamente. Por isso, deve ser proposta: a) uma concretização do conceito de “identidade nacional/regional” em relação a isso; b) tipos de pesquisas empíricas que esse conceito deve descrever mais detalhadamente; c) deve ser deduzida uma proposta para uma segunda dimensão de pesquisa de significações nacionais (ou regionais): “nacionalidade/regionalidade”.

“Identidade nacional” I: estudos empíricos sociológicos e sócio-psicológicos

Uma grande parte dos estudos sócio-psicológicos e sociológicos sobre a “nação” ou sobre as manifestações do “nacional” baseia-se no teorema da identidade social, que pela primeira vez foi confrontado com o conceito de identidade pessoal por Gergen (1969).⁵ Nos anos 70, esse princípio foi desenvolvido por Henri Tajfel para a *Social Identity Theory*, que enfatiza o significado de um pertencimento de grupo (nesse caso,

⁵ Ver, de K. Gergen, *The psychology of Behavior Exchange*, 1969.

nacional) para a própria concepção e o sentimento de *status* do indivíduo. Em consequência disso, a metodologia dessas pesquisas está estruturada para a compreensão de orientações pessoais e, com isso, para procedimentos de interrogação, que são revalorizados qualitativa e quantitativamente.⁶ Isso significa que, no conceito de “empírico”, são abrangidos fenômenos da psicologia de indivíduos concretos.

Para a operacionalização da abrangência de “identidade nacional”, dois exemplos devem ser suficientes. Primeiro, dever-se-ia citar dois levantamentos sociológicos pontuais, como, por exemplo, de Wilberg. O estudo de Wilberg analisa, como o título já indica, “empiricamente a identidade nacional em jovens de 14 anos na Polônia e na Alemanha.” Ela pesquisou um grupo de cerca de 300 alunos em cada país com perguntas fechadas, estandardizadas a serem respondidas com simples marcação, pré-codificadas, portanto, para manter o campo de dados analisável quantitativamente. Os dados foram então relacionados com os resultados da auto-imagem dos alunos. Nos questionamentos, a “identidade nacional” é conceitualizada de forma corrente como um todo não segmentarizado, sobretudo como “sentir-se alemão-polonês”, e então comparados entre os estudos de caso. Apesar de Wilberg falar de “aspectos da identidade nacional”, não segue um levantamento sobre a relevância ou o relativo poder de identificação de determinadas partes (como, por exemplo, sobre a função de determinados símbolos ou mitos, ou determinadas instituições nacionais). Na abrangência aqui operacionalizada, “identidade nacional” é analisada principalmente como *corpus* unitário de opiniões, antes de mais nada como fenômeno. Essas opiniões são localizadas somente no plano individual ou subdiferenciado. Um outro exemplo de levantamentos empíricos com tal abrangência de “identidade nacional” é a pesquisa de Luthanen e Crocker.⁷ Uma variação desse método é realizada em pesquisas do Instituto de Mannheim para Pesquisas Sociais na Europa.⁸

Os desdobramentos desse método estão representados nos estudos de McCrone para o *British Social Attitudes Survey*⁹ (a partir de 1992) e os levantamentos do Eurobarômetro, por exemplo, de Bettina Westle.¹⁰ Apesar de essas pesquisas também

⁶ Segundo informações próprias, Wilberg pesquisa “a representação subjetivo-emocional da própria nação na juventude de seus entrevistados e define identidade nacional como parte da *própria concepção de um indivíduo* [...] que cresce do seu conhecimento sobre seu pertencimento a um grupo nacional, aliado ao valor e à significação emocional associados à qualidade de sócio de grupo” (WILBERG, 1995, p. 17)

⁷ Ver R. Luthanen & J. Crocker: A collective self-esteem scale. Self-evaluation of one's social identity.

⁸ Cite-se, por exemplo, Waldemar Lilli & Michael Diehl: “Measuring National Identity”, 1999.

⁹ Ver David McCrone: “National identity and social pride”, 1999.

¹⁰ Ver, da autora, *Kollektive Identität im vereinigten Deutschland*. Nation und Demokratie in der Wahrnehmung der Deutschen, 1999.

aqui se apoiarem prioritariamente apenas em métodos quantitativos, o conceito de categoria de observação “identidade nacional” é dinamizado: em primeiro lugar, já pela diacronização das pesquisas, com a qual se espelham mudanças quantitativas e, por exemplo, deixam-se relacionar com desenvolvimentos políticos, como McCrone e Westle o fazem. Em segundo lugar, pela estruturação das pesquisas, não é analisada somente a relação de (uma outra) identidade nacional. Os resultados apresentam muito mais a fracionalidade e a diversidade, também a contrariedade dos fenômenos psicológicos reunidos sob esse tema: McCrone reúne perguntas, por exemplo, em relação ao “orgulho nacional” (britânico) a partir do orgulho pela história, do peso político da Grã-Bretanha no mundo etc. Em um outro plano, ele então relaciona esses conteúdos de identidade nacional de ação inclusiva (“dimensions”) com conteúdos de ação exclusiva, como protecionismo e aversão a imigrantes, e constrói, a partir disso, diferentes grupos tipológicos de “mantenedores” da identidade nacional.¹¹ A análise dessas partes também esclarece as semelhanças de conteúdo e de estrutura entre diferentes identidades nacionais: principalmente sua criação no processo da ativa identificação individual com objetos concretos, símbolos ou abstrações, aos quais é atribuída significação nacional, e se comprova: nem todos se identificam na mesma proporção com todas as ofertas de identificação. Devido a tal “fracionalidade” da pesquisa, Westle também pode fundamentar empiricamente sua hipótese de uma “identidade nacional alemã próxima ao patriotismo constitucional.” (WESTLE, 1999, p. 139)

Um outro exemplo, que metodologicamente já se move entre estudos empíricos sociológicos e Estudos Culturais, são as pesquisas de Barker e Galasinski em torno da construção da identidade nacional polonesa entre moradores de vilarejos do leste polonês.¹² Também nesses estudos fica clara uma relativa diversidade, mas também uma grande uniformidade de determinados conteúdos em imagens/representações individuais do “nacional”, especialmente quando se trata da narração da própria história “nacional”. A partir do conteúdo do narrado (sobre as disputas bélicas nos anos 20 e 30), clarifica-se a imediata funcionalidade política da identidade nacional, uma vez que com tais narrativas “nacionalmente uniformes” também deveria, e deve, ser justificado o emprego de meios estatais e militares. Em oposição aos levantamentos citados acima –

¹¹ McCrone agrupa os entrevistados a partir das Dimensions ‘exclusiveness’ e ‘national sentiment’: Depois disso, distingue *John Bulls* (++), *belligerents* (+ -), *patriots* (- +) e *supranationals* (--).

¹² Ver Chris Barker & Dariusz Galasinski: *Cultural Studies and Discourse Analysis. A Dialogue on Language and Identity*, 2001.

de cunho mais estatístico –, o método de entrevista etnográfico de Galasinski dá aos entrevistados a possibilidade de construírem sua interpretação de identidade nacional através da produção do “próprio texto.” Isso também aproxima o estudo da pesquisa de campo antropológico-sociológica.

Nesses exemplos, fica claro que o conceito de “identidade nacional”, que serve de base nesses estudos, identifica o indivíduo como dimensão (ser) para suas manifestações empíricas. Para a valorização no campo político, essa perspectiva tem prós e contras. Por um lado, torna-se nítido por meio da escolha das coletâneas e dos métodos que a pesquisa sócio-psicológica empírica de identidade nacional move-se dentro das premissas sócio-científicas de validade e confiabilidade, e nas regras ela pode exigir, portanto, a *representatividade* de seus resultados. Também a multifatorialidade, a particularidade da identificação subjetiva com representações nacionais pode ser compreendida – até um determinado grau. E, finalmente, podem ser definidas comparativamente – por meio da codificação “fatorializadora” de perguntas – concordâncias de conteúdos concretos ou formas de articulação de diferentes significações nacionais.

Contudo, o método está sujeito a limitações. Isso se dá justamente a partir da constatação de que a pesquisa de conteúdo do consciente subjetivo figura no centro do método: a “identidade nacional” é situada primariamente na mente do indivíduo e entendida como *identificação individual*. Esse tipo de pesquisa, porém, não consegue esclarecer a pergunta em torno do fundamento em que essas identificações se realizam, isto é, a pergunta, portanto, pela composição, pela escolha e pelo tipo de opções de identificação de “nação”: a ação sócio-cultural recíproca, aceita igualmente pelas Ciências Políticas e pelos Estudos Culturais – entre um campo de manifestação de significados de “nação” e um coletivo de indivíduos definíveis territorialmente –, não é compreensível somente com pesquisas no campo da aquisição e recepção.

O problema é reconhecido nas Ciências Políticas: Max Haller¹³ distingue duas dimensões de identidade nacional: o “microcampo” representa o campo da articulação do indivíduo. Apesar de Haller persistir no conceito de uma identidade nacional unificada, ele categoriza diferentes componentes (“components”) de identidade nacional. O “macrocampo” está para as opções de identificação de representações nacionais, cuja presença ele relaciona (de forma um pouco) retilineamente com a ação

¹³ Ver, de Max Haller, Voiceless submission or deliberate choice, in: KRIESI, Hans-Peter. *Nation and national identity*. Chur: Ruedger, 1999, p.263-278.

do estado. Haller, porém, não diz nada sobre seu encontro. Também aqui não ocorre uma proposta por parte da Ciência Política para a operacionalização da pesquisa da manifestação empírica concernente a essas opções de identificação.

Tabela 1

National identity	Cognitive component	Component of action and experience	Emotional affective component
Macro level	‘Official’ ideas, self-images and aims concerning the nation; perceived interests of the nation	Official politics and other actions concerning the foundation, maintainance and strengthening of the nation	‘Official’ symbols of the nation (national holidays, arms and falgs a.s.o.)
Micro level	Images and expectations of the individual members of a nation concerning their political community	Nation-related experiences of the individual members of the nation state	Emotional attachment of the individual members towards the nation

Para analisar mais detalhadamente, enfim, a apresentação das opções de identificação nacional (que Haller expõe como macrocampo), os Estudos Culturais, juntamente com as Ciências Midiáticas, organizadas de forma mais quantitativa, podem prestar auxílio às Ciências Políticas, a partir de procedimentos de pesquisa concentrados nos processos de significação.

“Identidade nacional” II: Estudos empíricos dos Estudos Culturais

A orientação pós-estruturalista dos Estudos Culturais permite uma aproximação centrada tanto no texto quanto semiótica na problemática da “identidade nacional”. Como os Estudos Culturais se desenvolveram a partir de uma tradição filosófica da ideologia crítica, preponderam nesta disciplina também conceitualizações teóricas de “identidade” (nacional). Anderson, Hall e outros defensores são da opinião que o discurso (isto é, linguagem na sua função social) apresenta o mais importante fator de construção do sujeito e com isso também é (juntamente com a simbologia e o ritual) um sistema de significação central que executa o constructo para uma “nação”.

Definitivamente, não somente a homogeneidade de uma identidade individual é questionada com uma opinião dessa natureza. Com referência à definitiva auto-referência de cunho linguístico, a representação de uma identidade coletiva estável é igualmente colocada em dúvida. A variabilidade desses componentes sócio-psicológicos

também é empregada nas condições de temporalidade. O discurso público produz somente “estabilização temporária” (FOUCAULT; HALL) com uma posição variável de importância, socialmente limitada, no que recai sobre a mídia a importância central na produção de representações de uma sociedade (ANDERSON, 1983). Esses teoremas são plausíveis. Contudo, nos Estudos Culturais, além de as teorias serem maçantes, o seu ceticismo relativista frente à operacionalização e verificação empírica cria um grave problema, de modo que a defesa dos Estudos Culturais acerca da contextualização radical de processos de significação sociais pede uma fundamentação empírica. O conceito de empírico, já condicionado pela diferença estrutural dos objetos de pesquisa, naturalmente precisa ser entendido de modo diferente que em estudos sócio-psicológicos. O objeto de estudo aqui só pode ser o plano da representação de textos, nos quais a presença de tais opções de identificação precisa ser verificada e reconstruída empiricamente. De modo geral, da especificação de procedimentos hermenêuticos não pode ser concluído que considerações sobre a representatividade e a verificação de afirmações sobre objetos de interesse cultural sejam passíveis de desprezo.

Apesar do (ou justamente por causa do) excesso de observações teóricas na questão da conceitualização de “identidade (nacional)”, nos Estudos Culturais houve e há apenas poucos esforços para comprovar empiricamente o poder de ação subordinado dos processos de significação social também para as opções de identificação nacional. Como isso é realizado até o momento?

Exemplos para diferentes tipos desses estudos são: a pesquisa de Morley sobre o programa “Nationwide”¹⁴ da BBC (1980) e o “Reconsidering Britishness,” de Lunn¹⁵, uma análise de literatura, filmes e programas semanais que reconstróem as representações da Grã-Bretanha nos anos 30.

Lunn figura aqui como exemplo para uma quantidade de estudos que *interpretam exclusivamente de forma hermenêutica*. Em primeiro lugar, é significativo que também Lunn confirma aqui analisar a dimensão da “identidade nacional”. Baseado no teorema da “descoberta da tradição (nacional)”, Lunn procura atribuir na sua tese que a “identidade nacional” britânica foi e é marcada por construções hegemônicas, que foram transmitidas e excluíram e oprimiram outras construções. Contudo, para esclarecer os principais conteúdos de afirmações dessa imagem nacional hegemônica da Grã-Bretanha (principalmente em sua redução às características supostamente

¹⁴ Ver, de David Morley, *The Nationwide Television Studies*, 1999.

¹⁵ Ver, de Kennet Lunn, “Reconsidering Britishness”, 1996.

“inglesas”), Lunn recorre a apenas três citações de autoridades. Enquanto se pode atribuir claramente uma interpretação de significação social (apesar de também aqui não serem dados o motivo do discurso e as informações a respeito de sua recepção no meio público) às evocações de John Major (“warm beer, cricket on the village green, spinsters cycling to evensong”), isso vale menos para o colunista conservador Paul Johnson e muito menos para a antropóloga cultural conservadora Alison Light, que também são citados por ele. Para reconstruir a transmissão dessa imagem hegemônica da Grã-Bretanha nos anos 30, ele cita importantes escritores, como J. B. Priesley e George Orwell, autores cuja visão (crítica) da sociedade britânica foi desprezada na escrita histórica, e com isso também na imagem britânica tradicional transmitida. Uma descrição mais detalhada daquilo que ele vê como “imagem hegemônica da Grã-Bretanha” nos anos 30, contudo, deixa de ser dada. Lunn enfatiza a fragilidade social da sociedade britânica – e da imagem de si mesma – naquele período, por meio de citações dos dois autores. Essa afirmação é inteiramente plausível, porém, também ela não é fundamentada, por exemplo, por meio de informações relativas à recepção das obras dos dois autores nos anos 30 – com isso a tese da repressão de sua visão crítica à nação britânica também não pode ser vista de outra forma.

Na segunda parte de sua pesquisa, Lunn observa as programações semanais de cinema desse período. Aqui ele faz alusão, corretamente (em todos os casos, somente em avaliações gerais), à grande influência desse meio através da ampla recepção, excepcional à época, das programações de cinema. Nas construções nacionais das programações semanais, segundo Lunn, espelha-se uma “class-biased image” da Grã-Bretanha, a qual se apóia, sobretudo, no enfoque de programas de projeções estereotipadas de determinadas opções de identificação: a saber, acima de tudo, em projeções que negam a fragilidade social da sociedade britânica, ou que constroem um ideal nacional, escapista, da Inglaterra. Aqui Lunn também pode comprovar o quanto os responsáveis pelo aparato estatal britânico levavam a sério a instrumentalidade política dessas construções, quando ele cita e interpreta publicações de instituições governamentais britânicas para a apresentação midiática da Grã-Bretanha nos anos 30.¹⁶

¹⁶ Lunn cita uma diretiz do ano de 1932 do chefe do Empire Marketing Board, Sir Stephen Tallack, segundo a qual, “a fitting representation of England (sic!)” requer “At one end of the spectrum, I suppose, are to be found such national institutions and virtues as: The Monarchy, Parliamentary institutions, The British navy, The English bible, Shakespeare and Dickens... On the other end of the spectrum might be found such events as The Derby, The Grand National, The Boat Race.” Ver, também, de Kenneth Lunn: “Reconsidering Britishness,” 1996, p. 83.

A pesquisa de Lunn é uma determinação interpretativa de conteúdos de opções de identificação midiaticamente transmitidos. O estudo faz justiça à necessidade dos Estudos Culturais, visto que ele analisa a importância política, assim como também o modo de difusão cultural-popular. Por um lado, porém, o poder de ação social dos textos selecionados se torna insuficientemente plausível. Por outro, o procedimento de análise não se dá no campo da análise empírica do discurso. Os micromecanismos da descrição de significado discursivo no campo textual e proposicional aqui não são analisados de forma pormenorizada. A consequência é que Lunn apenas afirma, e não a partir do trabalho de material textual, que os estereótipos de “Britishness” burguesa são encontrados nessas representações. Sobre a relevância social em geral, a saber, sobre a expressividade do material selecionado (por exemplo, para a descrição das características da “imagem britânica hegemônica”), não se reflete de maneira clara. Dessa forma, Lunn chega a conclusões interessantes, como, por exemplo, à tese de que justamente em tempos de crise e divisão é construído um ideal ilusório de “Englishness” nacional como corretivo ideológico e objeto de necessidades de proteção. Contudo, tanto na questão do poder de ação social como no trabalho com material textual, as comprovações empíricas não fundamentam suficientemente essa tese.

Outros exemplos de pesquisas de “identidade nacional”, no campo dos Estudos Culturais britânicos, concentrando-se exclusivamente no procedimento hermenêutico, são o artigo de Peter J. Taylor “Which Britain? Which England? Which North?”¹⁷ e, no campo dos Estudos Culturais alemães, também Wucherpfennig,¹⁸ com o qual poder-se-ia falar de um procedimento teórico-reflexivo.

No estudo de David Morley *Everyday Television: Nationwide*, a concreta delimitação do objeto de estudo já indica um processo baseado empiricamente. No programa “Nationalwide”, deve ser analisado o modo como o programa noturno promove “preferred readings”, um modo de visão da sociedade e do indivíduo determinado de forma hegemônica. Material para isso constitui, entre outros, um tipo de imagem, um mosaico, da Grã-Bretanha, o qual é composto a partir de relatos das regiões (geograficamente definidas) do país, o que, segundo Morley, faz com que se construa um “senso comum nacional”. Na sua análise de diversos programas “Nationalwide”, ele vê como responsável para isso também uma atribuição nacional, como, por exemplo, a reiteração do estereótipo da secularidade britânica e do *common*

¹⁷ Consultar, de Peter J. Taylor, “Which Britain? Which England? Which North?”, 2001.

¹⁸ Ver, de Wucherpfennig, “Die Kulturstudien und die nationale Identitätsarbeit”, 2003.

sense britânico. Morley escreve: “Looked at in retrospect, Nationwide emerges as an exemplary site, in the 1970s, for the construction of a particular type of white lower middle class national identity as Englishness” (WUCHERPFENNIG, 2003, p.12). O autor traz para o centro da discussão uma função do discurso midiático (baseado no *Encoding-decoding-model* de Hall) e constata que diversas configurações linguístico-discursivas, que são empregadas durante o programa (por exemplo, a maneira do *Linking* entre diversas contribuições), são criadas objetivamente de tal forma que despertem a impressão de uma “unity-in diversity” da Grã-Bretanha. Para demonstrar como a moderação do programa trabalha linguística e imageticamente para elaborar perfeitamente essa impressão, Morley analisa minuciosamente um programa na sua construção interior.

No estudo, são confirmadas importantes afirmações do material encontrado. Para interpretar a simbologia de determinadas composições de imagens, são analisadas tomadas de cenas também indexadas na pesquisa. Na observação da linguagem do programa, Morley trabalha basicamente de forma hermenêutica, mas isso sempre com base em citações primorosamente selecionadas (WUCHERPFENNIG, 2003, p.56). Morley também analisa microestruturas linguístico-discursivas: acima de tudo, com base em textos de moderação, ele comprova de que modo a hábil intervenção de elementos dêiticos (“we all”, “in *this* country”) coloca e classifica o espectador continuamente em uma posição descrita com o termo “the nation now”.

A definição do ponto temático central do programa é determinada quantitativamente, no que os temas das contribuições são classificados e contados dentro de um recorte temporal de pesquisa de dois anos (conforme “item categories” e “themes”). Em uma passagem especial em relação ao esclarecimento do procedimento metodológico, Morley determina: “We would argue that this has precisely allowed us to trace some of the contours of that larger discourse by mapping the dominant and recurrent distribution of the elements, and the recurrent forms of their combination” (WUCHERPFENNIG, 2003, p.61). A maior parte dos programas analisados apresenta uma organização regional, um peso temático em problemas cotidianos (atípicos) e personagens estranhas.

O estudo de Morley, assim como o de Lunn, constitui uma pesquisa dos conteúdos de representações midiáticas. Mas ela também é um exemplo para que se observe como, no âmbito dos Estudos Culturais, demandas podem ser satisfeitas a partir de referências empíricas e procedimentos hermenêuticos. Assim como Lunn, Morley

concentra-se (entre outras coisas) no aspecto legitimador de poder da construção de significações nacionais e salienta sua instrumentalidade política. Também ele escolhe um meio de comunicação de massa como objeto de pesquisa. Mas, ao mesmo tempo, Morley ultrapassa a reflexão em torno de pesquisas somente hermenêuticas: por um lado, ele dá a seu estudo, por meio da análise-método conscientemente explicitada e transparentemente empregada, uma afirmação mais específica que o estudo de Lunn. Por outro lado, Morley também tem receio de conceber o termo “identidade nacional” como dimensão central de pesquisa para o seu estudo – certamente já pelo fato de o estudo também tratar do discurso de *Nationwide* a partir de outros conteúdos. Em um determinado ponto, Morley fala da “construction of an ... national identity” (como foi citado acima), mas esse conceito não é explicitado como uma dimensão de pesquisa no restante do estudo, muito menos no aparato metodológico. O mais que ele se aproxima do resumo conceitual dá-se por meio das denotações de “nação” por ele descobertas, quando as caracteriza como “mito nação” no sentido Barthesiano, e com isso faz referência, simultaneamente, à sua função constitutiva no discurso do programa: “What the discourse of Nationwide produces, from the elements which have been displaced out of their structural relations with each other, is a myth of ‘the nation, now’” (WUCHERPFENNIG, 2003, p.102). No entanto, também para Morley, o objeto de conhecimento são (apenas) construtos que juntos, no plano midiático-público, isto é, no plano intersubjetivo, dão forma ao “mito nação”.

Outros trabalhos na área dos Estudos Culturais, nos quais a abordagem hermenêutica foi dessa maneira enquadrada empiricamente, são, por exemplo, os “Studies in Communication” nas publicações de John Fiske, sendo que esses, contudo, não tematizam especialmente a divulgação de representações nacionais (a partir de 1982).

Um desenvolvimento desse método dá-se por meio de trabalhos da análise do discurso crítico. O fato de (alguns) estudiosos dos Estudos Culturais servirem-se dos métodos da análise do discurso crítico com seu fundamento de verificação (linguística) empírica dá-se claramente por uma insuficiência de métodos de pesquisa existentes até então, como é enfatizado por Barker/Galasinski: “Our point here is that interpretation, however contentious and ideologically motivated, follows on from an empirically verifiable analysis of the text. [...] To practitioners of Cultural Studies [...] a formal linguistic and textually oriented analysis can enrich their investigations and put them on a firmer, more empirical footing” (2001, p. 85). Na análise de “A construção discursiva

de identidade nacional na Áustria”,¹⁹ Ruth Wodak acaba por mudar essa exigência, de maneira que, em primeiro lugar, são analisados textos a partir de suas construções nacionais, os quais são selecionados com base na abrangência de recepção (relativa a outros textos).²⁰ Em segundo lugar, Wodak apresenta um esquema linguístico-discursivo de análise. Na avaliação e no trabalho analítico das interpretações (e reinterpretções) de “Austrian-ness”, por exemplo, a partir de sequências de artigos jornalísticos relativos à neutralidade e ao ingresso da Áustria na União Europeia, a autora trabalha com citações e efetua aí uma análise discursiva sistemática de passagens selecionadas de texto, nas quais ela pode demonstrar a concordância da forma linguística e da afirmação “nacional”.²¹

“Nacionalidade” e “Regionalidade” – uma nova dimensão de pesquisa e seus desafios metodológicos

No início deste texto, havíamos definido que tanto as Ciências Políticas como também os Estudos Culturais tinham um interesse em saber onde se podem encontrar empiricamente formas de significações nacionais, que estruturas elas têm e que informações existem sobre a sua função política na aplicação concreta.

Nos trabalhos aqui apresentados para o estudo da “identidade nacional”, fica claro que eles se distinguem estruturalmente entre si, respectivamente, em um dos dois parâmetros e desenvolvem diferentes forças metodológicas. Na questão da “funcionalidade” – podem os estudos manifestar uma relação entre conteúdos de consciência nacional individual e representações de “nação” público-midiáticas? –, os estudos sociológicos/sócio-psicológicos (Wilberg, Westle/McCrone) não correspondem aos interesses das Ciências Políticas e dos Estudos Culturais, uma vez que conceitualizam “identidade nacional” somente no plano subjetivo-individual e por isso não tematizam a relação entre o nível macro e micro da identidade nacional (veja-se tabela 1). Morley e Lunn alcançam maior êxito nisso devido ao seu enfoque das representações público-midiáticas nacionais. No segundo parâmetro, “empiricidade” – com quanta precisão cada estudo consegue amarrar suas afirmações em modelos sociais de pesquisas empíricas (principalmente em confiabilidade, validade,

¹⁹ Consultar, de Ruth Wodak, *The Discursive Construction of National Identity*, 1999.

²⁰ N. T. Tais textos são selecionados dos quatro principais jornais do país.

²¹ Através do uso da triangulação (a sustentação dos resultados da análise do discurso por meio de entrevistas próprias), ao final, Wodak chega a uma posição ideal, de poder correlacionar resultados da análise do campo-macro com análises próprias do campo-micro. Dessa forma, a existência de significações nacionais específicas pode ser comprovada tanto no campo de representações midiáticas quanto no campo de conteúdos de consciência individual.

representatividade)? –, encontramos, por sua vez, os estudos sociológicos/sócio-psicológicos pelo menos em vantagem em relação às pesquisas puramente hermenêuticas dos Estudos Culturais, como, por exemplo, Lunn.²² Finalmente, os estudos de Morley e Wodak reúnem elementos das duas exigências metodológicas.

Dessa tipologia, podem ser tiradas quatro importantes conclusões:

1. Primeiro dever-se-ia definir que o conceito de “identidade nacional”, nos diferentes estudos, caracteriza objetivamente diferentes objetos de pesquisa. Com isso, o conceito de “identidade nacional” torna-se polissêmico e tendencialmente não operacionável, o que comprova as críticas centrais que partem da área dos Estudos Culturais ao conceito (Hall). Ele se desfaz empiricamente em uma série de componentes individuais (psicológicos) e extra-individuais (político-sociais). Em pesquisas, os dois tipos de componentes deveriam fazer, da forma ideal, referências recíprocas. Mas, de qualquer forma, eles também podem ser pesquisados individualmente.

Tabela 2. Estudos empíricos sobre “identidade nacional” – Agrupamentos

Estudos empíricos	Funcionalidade	Empiricidade
Wilberg, (Galasinski) (identidade nacional ‘individual’)	baixa	alta
McCrone, Westle (identidade nacional ‘individual’)	baixa	alta
Lunn, Taylor (ident. nac. público-midiática)	alta	baixa
Morley, Wodak (ident. nac. público-midiática)	alta	relativamente alta

2. Uma identidade nacional conceitualizada somente de “*forma individual*” não pode ser um objeto de conhecimento suficientemente representativo para uma pesquisa que pretende definir formas de ação/desenvolvimentos *sociais* das significações “nação” e “região”. Por isso, acima de tudo, o plano da construção discursiva público-midiática de nação e região (com as relativas limitações do imediatismo empírico que essa abstração traz consigo) precisa ser objeto de pesquisa apropriado. A utilização de procedimentos hermenêuticos na análise das manifestações desse plano tem – sob condição de determinados “modelos empíricos” –, por isso, relativamente as melhores perspectivas para fazer justiça tanto ao interesse das Ciências Políticas como dos Estudos Culturais.²³

²² Aqui os estudos de McCrone e Westle, por sua vez, têm a vantagem acima descrita da dinamização e da abordagem factual. Também na coletânea ambos são mais representativos que Wilberg e Galasinski.

²³ Contudo, desde a organização disciplinar, a triangulação de Wodak na sua ‘análise ideal’ já não pode se tornar um real parâmetro para os Estudos Culturais – estes são, acima de tudo, uma disciplina orientada a

3. Como resultado disso, o primeiro desses “modelos empíricos” poderia ser formulado desta forma: com a escolha dos objetos de pesquisa empírica para pesquisas no campo de significações nacionais deveria estar suficientemente justificado que o respectivo meio/produto/artefato a ser pesquisado também é relevante para as hipóteses a serem respondidas na sua funcionalidade social, isto é, que pelo menos seja dada uma probabilidade da recepção/apropriação de seus conteúdos por meio de um grupo relevante de indivíduos para o estudo.

4. Um segundo “modelo empírico” deveria dizer: as interpretações alcançadas do trabalho hermenêutico com os textos selecionados precisam permanecer, sem exceção, disponíveis à verificação por meio de citação, ou pelo menos por meio de métodos da análise do discurso e linguísticos.²⁴

Como dimensões de pesquisa para estudos que seguem essas quatro conclusões (como Morley e Wodak em grande parte o fazem), são propostos aqui os conceitos de “*nacionalidade/regionalidade*”. “Nacionalidade/regionalidade são, assim, abstrações que caracterizam *a totalidade de todas as significações de uma referida nação (ou região) que aparecem em um dado momento no discurso público-midiático*, e a partir dos quais é analisado um recorte (específico ou representativo) por meio de um estudo. Com isso, em trabalhos que analisam a dimensão nacionalidade/regionalidade também só são feitas afirmações sobre a *produção* de tais significações que *podem* servir de opção de identificação, mas não sobre a recepção delas. O termo “nacionalidade” raramente é compreendido em sentido sócio-científico, e quando ele é utilizado, então geralmente como sinônimo para “identidade nacional”, de modo que o termo pode ser comprovado especificamente com os desafios empíricos citados acima.²⁵

Além disso, a dimensão de pesquisa precisa ser aberta conceitualmente: pesquisas na tradição do teorema de Billig, do “Banal Nationalism”, comprovaram que também unidades territoriais subestatais, quando apresentam tradicionalmente uma coletividade de comunicação específica, podem produzir significações regionais próprias, influentes e público-midiáticas. Portanto, essa dimensão de pesquisa deveria ser determinada pelo menos para estudos que investigam tais construções no discurso

partir de textos.

²⁴ Também métodos quantitativos da análise do discurso aqui são inteiramente aceitáveis como parte do arsenal metodológico dos Estudos Culturais: Billig (1995), especialmente, referiu-se à ação condicionada psicologicamente do ressurgimento repetido de significantes nacionais em textos e espaços públicos.

²⁵ Isso fica claro, por exemplo, em Nassehi (1990): “Etnicidade e nacionalidade formam, portanto, pontes para a integração, apesar da desintegração estrutural” (citado segundo WESTLE, 1999, p. 31). O Dicionário Político de Kroner usa o conceito no sentido de identidade individual para ‘pertencimento a uma nação’.

público-midiático de regiões e que mostram regionalismos politicamente ativos. Logo, a dimensão de pesquisa “identidade nacional (também regional)” poderia ser “deixada ao encargo” de tais estudos. Esta também continuaria se ocupando com a concepção empírica de consciências nacionais expressas individualmente – aqui estaria lançada a proximidade conceitual em relação a outras formas de identidade pessoal e seus específicos métodos de pesquisa.

Conclusões para a pesquisa da nação nos Estudos Culturais

Os trabalhos empíricos dos Estudos Culturais deveriam abandonar a indefinição conceitual da dimensão de pesquisa “identidade nacional”. Por um lado, porque existe a necessidade de esclarecimento conceitual destacada acima. Por outro, porque a reunião de significações nacionais midiático-públicas, como “identidade nacional”, contribui para estreitar a pesquisa científica do fenômeno ao ponto de um equilíbrio saudável na ação recíproca entre indivíduo e significações públicas. Se ambas as situações acima são parte de um todo, por que deveria existir motivo para ver uma parte como funcionalmente diferente da outra? Michael Billig, cientista político e psicólogo social, faz referência à distinção inerente às interrogações, com as quais ambas precisam ser analisadas cientificamente, quando reflete: “(To look for ‘identity’ within the body or mind of the individual) is to look in the wrong place *for its operation*. As far as nationality is concerned, one *needs to look at the reasons why people [...] do not forget their nationality*” (1995, p. 152)²⁶.

Os motivos para se pesquisar a constante presença público-midiática de significantes nacionais também implica, pelo menos, dar a entender a motivação política de significações nacionais, com base em materiais empíricos e particularidades concretas. Com isso, o teorema “construto nação”, estreitamente ligado à intenção emancipadora e crítica ao poder dos Estudos Culturais, e sua função legitimadora de dominação, seria novamente relacionado com a pesquisa empírica, mais do que fora até agora. Por isso, os Estudos Culturais deveriam ter a coragem de continuar mensurando empiricamente o caminho já mapeado por Hall, Anderson e Billig. Justamente nas pesquisas de Morley e Wodak oferecem-se aqui boas abordagens (que, contudo, não foram retomados nos últimos anos dentro dos Estudos Culturais).

²⁶ Segundo Billig, a “identidade nacional” não é nada inerente ao indivíduo, mas reproduzida como ideologia nacionalista fora do indivíduo – o “Banal Nationalism” cotidiano, a reiteração pública, discursiva e simbólica da nação/região é a articulação de uma ideologia que constantemente (habitualmente) lembra o indivíduo de sua nação/região, e lá a situa.

Finalmente, tal diferenciação seria apropriada para marcar a especificidade de procedimento disciplinar próprio e, com isso, também a contribuição metodologicamente independente dos Estudos Culturais para a conclusão do fenômeno “nação”.

Tradução: Dr. Gérson Roberto Neumann
Revisão: Dr. João Claudio Arendt e Ms. André Tessaro Pelinser

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Reflections on the origins and spread of nationalism. London: Verso, 1983.
- BARKER, Chris; GALASINSKI, Dariusz. *Cultural Studies and Discourse Analysis*. A Dialogue on Language and Identity. London: SAGE, 2001.
- BILLIG, Michael. *Banal Nationalism*. London: Sage, 1995.
- DEUTSCH, Karl. *Nationalism and social communication*. An inquiry into the foundations of nationalism. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1962.
- GERGEN, Kenneth. *The psychology of Behavior Exchange*. Addison-Westley, Reading, Mass., 1969.
- HALL, Stuart. The question of National Identity, in: HALL, Stuart et. al. *Modernity and its Futures*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- HALLER, Max. Voiceless submission or deliberate choice, in: Kriesi, Hans-Peter (Org.). *Nation and national Identity*. Chur: Ruedger, 1999, p. 263-278.
- IORDANOVA, Vera. *Cinema of flames*. Balkan film, culture and the media. London: British Film Institut, 2001.
- KEATING, Michael. *The new regionalism in Westen Europe*. Cheltenham: Elgar, 1998.
- LILLI, Waldemar; DIEHL, Michael. “Measuring Nacional Identity”, *Arbeitspapiere*, Mannheimer Zentrum für Europäische Sozialforschung, Nr. 10, 1999.
- LUNN, Kennet. Reconsidering Britishness, in: JENKIS, A.; SOPHOS, S. *National Identity in Contemporary Europe*. London: Routledge, 1996, p. 83-99.
- LUTHANEN, R.; CROCKER, J., A collective self-streem scale. Self-evaluation of one 's social identity, in: *Personality and Social Psychology Bulletin*, 18, p. 302-218.
- McCRONE, David. National identity and social pride, in: McCRONE, David et al. *The British Social Attitudes Survey*. London: Editions 1999, p. 1-16.
- MORLEY, David. *The Nationwide Television Studies*. (Re-ed.) London: Routledge, 1999.
- SCHLESINGER, Philip. *Media, State and Nation*. Political Violence and Collective identities. London: SAGE, 1991.

- SCHWAB-TRAPP, Alexander. *Konflikt, Kultur und Interpretation*. Eine Diskursanalyse des öffentlichen Umgangs mit dem Nationalsozialismus. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1996.
- TAYLOR, Peter J. Which Britain? Which England? Which North?, in: MORLEY, David, *British Cultural Studies. Geography, nationality and identity*, Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 127-143.
- THOMPSON, Mark. *Forging War*. The media in Serbia, Croatia, Bosnia and Hercegovina. Luton: Luton University Press, 1999.
- WESTLE, Bettina. *Kollektive Identität im vereinigten Deutschland*. Nation und Demokratie in der Wahrnehmung der Deutschen. Opladen: Leske & Budrich, 1999.
- WILBERG, Sylvia. *Nationale Identität*. Empirisch untersucht bei 14-jährigen in Polen und Deutschland. Münster: Waxmann, 1995.
- WODAK, Ruth. *The Discursive Construction of National Identity*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- WUCHERPFENNIG, Wolf. Die Kulturstudien und die nationale Identitätsarbeit, in: GRIMM, Christa; NAGELSCHMIDT, Ilse. *Theorie und Praxis der Kulturstudien*. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag, 2003.